



## **FÓRUM NACIONAL DE CONSELHOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL | FONACEAS**

### **CARTA ABERTA DE SÃO PAULO: FINANCIAMENTO E DESPROTEÇÃO SOCIAL, MOBILIZAÇÃO PARA RESGATE DA GARANTIA DE DIREITOS.**

Realizou-se nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2022, a 57ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – Fonaceas, no Prédio Cidade, Rua Boa Vista, 170 – Centro Histórico – CEP: 01014-000 – São Paulo/SP. Fizeram-se representados os Conselhos Estaduais de Assistência Social dos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Registrou-se a presença e contribuição do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo e da equipe técnica da SEDS/SP, CONGEMAS, COEGEMAS/SP, bem como de nomes de referência acadêmica na área da Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

A presente reunião teve como objetivo diagnosticar o panorama dos impactos que a fragmentação e a descontinuidade da estrutura, financiamento público, serviços, programas, projetos e benefícios da PNAS e referendar uma síntese que compreenda as mais diversas experiências vivenciadas pelo exercício do controle social, desde o Monte Caburaí ao Arroio do Chuí, em tempos de ataques intencionais à Constituição Brasileira, a Democracia e aos Direitos Sociais.

Frente ao vislumbre de um horizonte político de um governo com maior comprometimento social, humano, democrático, equânime e acima de tudo constitucional, o Fonaceas faz uso da presente para registrar, manifestar e encaminhar uma síntese das principais preocupações e direcionamentos discutidos por este Fórum, para a nova gestão federal da PNAS. Salientamos que a presente síntese é fruto de um processo de mobilização que vem ocorrendo durante o ano de 2022 e que foi redigida durante os três dias de trabalho da 57ª reunião ordinária.

Inicialmente, reforçamos que política pública não se efetiva sem investimento e controle social. O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, vem sendo vitimado pelo descumprimento do Pacto Federativo ocorrendo ataques e desrespeitos às instâncias de mobilização, articulação, pactuação e deliberação. A recente Peça Orçamentária aponta o corte de 96% do orçamento do SUAS para o ano de 2023, resultando na ampliação do desfinanciamento, na precarização e restrição das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Considerando as discussões realizadas durante os três dias de reunião, este Fórum reivindica que a equipe de transição:

- Promova um diálogo e mobilização junto à bancada federal, para aprovação da proposta orçamentária para o SUAS conforme deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- Intensifique a articulação junto ao Congresso acerca da votação da PEC 383/2017, que estabelece a garantia dos recursos mínimos para o financiamento do SUAS;
- Mobilize para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional do Bolsa Família, de modo a garantir segurança jurídica para o pagamento de R\$ 600,00 (seiscentos reais) aos beneficiários, fundamental para reverter a crise social gerada pela substituição do Bolsa



Família;

- Resgate a importância das instâncias de controle social com a regularidade das reuniões e ações planejadas, com a participação dos gestores municipais e estaduais no âmbito da Comissão Intergestora Tripartite - CIT e do CNAS, com a participação efetiva dos representantes das entidades sociais, trabalhadores e usuários do SUAS para efetivação da política pública;
- Fortaleça os mecanismos que garantam, de forma participativa e a nível nacional, a discussão, a revisão e o aprimoramento da PNAS no que compete aos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais;
- Retome o cumprimento e avaliação do II Plano Decenal de Assistência Social para garantir a universalização do SUAS;
- Realize um novo Pacto de Aprimoramento de Gestão com estados e municípios;
- Desburocratize e financie os processos de capacitação, para garantir formação continuada para todos os atores do SUAS;
- Fortaleça e efetive os Núcleos de Educação Permanente, nas três esferas: federal, estadual e municipal;
- Retome a discussão sobre a integralidade e intersetorialidade da Política de Saúde, no âmbito dos serviços de alta complexidade do SUAS, garantindo os direitos socioassistenciais dos atendidos;
- Garanta o orçamento e financiamento para a realização presencial da XIII Conferência Nacional de Assistência Social;
- Sensibilize o Senado Federal para a aprovação do Projeto de Lei 8420/2017, que estabelece a composição quadripartite dos segmentos (poder público, entidades sociais, trabalhadores e usuários) nos conselhos;
- Efetive a Norma Operacional Básica - NOB-RH/SUAS

Assim, reafirmamos o nosso compromisso com a defesa intransigente da Política Nacional de Assistência Social, dos Direitos Sociais, da Democracia e da Constituição Federal Brasileira.

Subscrevemo-nos atenciosamente,

**Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal | Fonaceas**